



‘Aula do Crime’: O discurso jornalístico e a criminalização da imagem do professor e de sua prática pedagógica¹

Michel Carvalho da Silva²

Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo - ECA/USP

RESUMO

Analisa-se a cobertura da imprensa sobre o episódio que ficou estigmatizado como “aula do crime” em que um professor de matemática na cidade de Santos (SP) utilizou exemplos de práticas criminosas, como tráfico de drogas e prostituição, para elaborar problemas aritméticos para alunos do primeiro ano do ensino médio. A metodologia de pesquisa adotada é a análise global de 16 matérias jornalísticas sobre o fato. A partir desses dados, discute-se como a imprensa, por meio de estratégias discursivas, constrói socialmente a representação do docente e influencia o debate sobre educação na esfera pública.

PALAVRAS-CHAVE: educação, imprensa; discurso jornalístico, representação.

Introdução

É comum associar a imagem do professor a de um profissional vocacionado à docência, em que o ofício de ensinar é mais do que uma atribuição do cargo, mas uma missão, quase no sentido messiânico do termo. Essa representação idealizada do educador contrasta com a realidade de muitos professores brasileiros que enfrentam várias dificuldades no cotidiano para o exercício de sua prática, desde formação precária até baixos salários passando por condições inadequadas de trabalho e desinteresse dos alunos.

Esse modelo de professor ideal é amplamente difundido em nossa sociedade, principalmente por sua divulgação nos disseminada pelos meios de comunicação, que recorrem ao processo de estereotipia³ para reforçar determinados traços associados à imagem do bom docente. Quando este profissional transgride, de alguma maneira, o

¹ Trabalho apresentado no XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Recife (PE) – 02 a 06 de setembro de 2011 no DT6 – Interfaces Comunicacionais GP Comunicação e Educação

² Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da ECA-USP na linha de pesquisa Comunicação e Educação email: michelcarvalho@usp.br

³ Para Citelli (2006, p. 35), o estereótipo, modelo de operação da linguagem tão incorporado aos discursos midiáticos, apresenta elemento ímpar, visto tratar-se de algo que finge preceder ao jogo da linguagem e à força dos contextos como referenciadores fundamentais do sentido.



senso comum, está sujeito a julgamentos vindo de diferentes atores sociais, incluindo estudantes, pais de alunos, dirigentes escolares e, dependendo da “transgressão” e de seu potencial noticioso, também os meios de comunicação.

O professor, assim como todo ser humano, é representado socialmente por meio de sua vida, das palavras que pronuncia e do trabalho que efetua. O conceito de representação está no cerne das ciências humanas, como ressalta Foucault:

[...] o que é a representação, senão um fenômeno de ordem empírica que se produz no homem e que se poderia analisar como tal? E se a representação se produz no homem, que diferença há entre ela e consciência? Mas a representação não é simplesmente um objeto para as ciências humanas; ela é [...] o próprio campo das ciências humanas, e em toda a sua extensão; é o suporte geral dessa forma de saber; aquilo a partir do qual ele é possível (FOUCAULT, 1999, p. 503)

Levando-se em conta o conceito foucaultiano, a representação pode ser considerada como um dispositivo pelo qual o homem apreende o mundo como objeto. O campo da comunicação, por integrar as ciências humanas, também opera sob a lógica da representação. Os *media*, por meio de imagens e palavras, retratam o objeto real, com a finalidade de criar uma similitude entre signo e significado.

A imprensa, neste artigo entendida como a escrita, opera fundamentalmente pelo uso da palavra. Citelli (2006) ressalta a capacidade da linguagem verbal, mesmo num mundo dominado pelas imagens, “as palavras postas em circulação nos/ pelos meios de comunicação, graças à sua enorme de produzir significados, velam e desvelam, constituem e restringem: como num baile de máscaras cobrem, recobrem e descobrem”. Dessa maneira, a instrumentalização do debate sobre educação pela imprensa acaba por direcionar as atenções da sociedade para determinadas questões e por escamotear os interesses por outras.

A análise das matérias

O corpus do trabalho é constituído por 16 matérias jornalísticas de cinco jornais diferentes, sendo dois de abrangência nacional (Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo) e três regionais (A Tribuna, Expresso Popular e Diário do Litoral), conforme sintetizado na tabela 1.

Os textos analisados retratam o episódio em que o professor de matemática, Lívio Celso Pini, de 55 anos, aplicou uma avaliação diagnóstica contendo seis problemas aritméticos em que os enunciados retratavam o submundo da criminalidade.



A atividade foi aplicada aos alunos do 1º ano do ensino médio da Escola Estadual João Octávio do Santos, no Morro do São Bento, na cidade de Santos (SP). A mãe de uma aluna viu os exercícios e resolveu reclamar do educador junto à direção da unidade escolar, além de denunciá-lo à polícia.

Após a denúncia, um inquérito policial foi aberto contra Lívio para apurar o caso e a suposta responsabilidade do professor, que entrou em licença médica após a repercussão na imprensa. Além de ser investigado na instância criminal, o educador foi afastado de suas atividades profissionais por 120 dias pela Secretaria de Estado da Educação.

Data	Título	Jornal	Editoria	Pág.
18 fev.	Professor usa contas do crime para ensinar Matemática a adolescentes	A Tribuna	Baixada Santista	A-6
18 fev.	Professor dá aula do crime	Expresso Popular	Plantão Policial	13
19 fev.	Professor diz que sua carreira está destruída	A Tribuna	Baixada Santista	A-7
19 fev.	‘Fui mal-interpretado’	Expresso Popular	Plantão Policial	15
19 fev.	Prova de matemática simula contabilidade do tráfico de drogas	Folha de S. Paulo	Cotidiano	C4
19 fev.	Professor cita crack e roubo em questão de matemática	O Estado de S. Paulo	Vida	A20
21 fev.	Diretora depõe hoje sobre Aula do Crime	A Tribuna	Baixada Santista	A-6
22 fev.	Professor do João Octávio deve depor ainda esta semana	A Tribuna	Baixada Santista	A-6
23 fev.	Alunos vão realizar manifesto hoje em apoio ao professor Lívio	A Tribuna	Baixada Santista	A-6
23 fev.	Alunos preparam ato em favor do professor	Expresso Popular	Plantão Policial	13
24 fev.	Professor queria “criar valores”, diz advogado	A Tribuna	Baixada Santista	A-5
24 fev.	Professor queria ‘criar valores’	Expresso Popular	Plantão Policial	13
24 fev.	Alunos fazem protesto para pedir a volta de professor	Diário do Litoral	Cidades	5
24 fev.	Professor presta depoimento à Polícia Civil	Diário do Litoral	Polícia	6
10 mai.	Inquérito contra professor de Matemática é arquivado	A Tribuna	Baixada Santista	A-4

Tabela 1 – Relação de matérias selecionadas sobre o episódio intitulado “aula do crime”

O presente estudo faz uma análise global das matérias jornalísticas, isso significa que os mecanismos lingüísticos não serão detalhados em profundidade. O que interessa



é verificar como opera a construção de sentido pelo discurso jornalístico dentro de um contexto sócio-histórico demarcado ideologicamente.

Orlandi (2000, p. 42) explica que “o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas”. Dessa forma, o artigo analisa tanto os elementos verbais e não-verbais dos textos quanto as formações ideológicas em que os produtores de discursos estão inseridos, como veremos a seguir:

A matéria “Professor dá aula do crime”, publicada pelo jornal Expresso Popular, no dia 18 de fevereiro, cria, de forma categórica, um efeito de certeza logo no título, sem permitir a possibilidade de dúvida. O leitor é imediatamente interpelado diante de uma realidade criada no e pelo discurso. Neste título, o jornalista, como produtor da enunciação, criminaliza o docente pela prática de apologia ao crime, prevista no artigo 287 do Código Penal, ou pela incitação ao crime, descrito no artigo 286. Outra marca desse enfoque é o fato de a matéria ser apresentada na editoria de Plantão Policial, juntamente com notícias de assassinatos, roubos e tráfico de drogas. O subtítulo da matéria “Testes dados pelo docente apresentam o conceito de que o crime compensa” reforça o discurso de que o educador realmente fez apologia ao crime.

Na edição de mesmo dia, o jornal A Tribuna apresenta a manchete “Contas do crime viram lições de Matemática”. Tanto o texto que acompanha a manchete quanto o da matéria jornalística, informam que o episódio está sendo chamado de “aula do crime”. Observamos que o enunciador não identifica o autor deste rótulo, que, diante das circunstâncias, poderia ser a polícia que investiga o caso, os alunos, os pais desses estudantes ou mesmo uma denominação criada pelo próprio jornal.

A matéria ainda apresenta a retranca “Aluna relata que perguntas eram para avaliar a classe” em que os pais de uma aluna comentam os motivos pelos quais denunciaram o professor à direção da escola e à polícia. O texto que ocupa quase uma página de jornal não traz nenhuma opinião especializada em educação, nem acadêmica nem de representantes da categoria do professorado. Verificamos também que tanto a matéria do Expresso Popular quanto a da A Tribuna mostram a fachada da escola e o caderno da aluna com a avaliação diagnóstica proposta pelo professor Lívio.

A matéria “Professor diz que sua carreira está destruída”, publicada em dia 19 de fevereiro pelo jornal A Tribuna, reafirma que o caso está sendo chamado de “aula do crime”. O texto informa que o jornalista conseguiu falar brevemente com o professor, que disse estar abalado e não querer entrar em detalhes sobre o caso e a forma como



elaborou as perguntas. A matéria afirma que os mesmos enunciados utilizados pelo professor Lívio estavam disponibilizados em sites de humor, o que o jornalista ironicamente define como “algo do tipo vestibular para o crime”.

Na retranca “Pais indignados. Explicações evasivas” o texto diz: “Indignação e revolta tomaram conta dos pais e responsáveis dos alunos da Escola Estadual João Octávio dos Santos, após descobrirem o conteúdo da prova de Matemática aplicada pelo professor Lívio. Alguns ameaçaram até trocar os jovens de colégio caso não haja respostas imediatas e garantias de que não haverá repetição do fato”. O uso do pronome indefinido “alguns” produz uma incerteza na qual o leitor não consegue identificar se o número de pais que ameaçaram tomar essa medida é significativo. Na tentativa de mostrar o chamado “outro lado”, a matéria destaca o depoimento de um aluno que afirma ver com naturalidade os problemas propostos pelo educador.

A matéria ainda divulga uma enquete realizada no site do jornal em que se pergunta: “Você concorda que professores em sala de aula abordem temas que façam apologia ao crime?”. A consulta indica que 64% de 243 votos consideram que a atividade proposta pelo professor Lívio pode incentivar ainda mais a violência. A enquete, que não apresenta nenhum rigor científico, contribui com o consenso de que a opinião pública não é favorável à iniciativa do educador.

A edição do Expresso Popular, também de 19 de fevereiro, traz a matéria “Fui mal-interpretado”, em que é destacada, segundo o jornal, a única declaração do professor sobre o caso. De acordo com o texto, o educador considera que sua carreira foi destruída pela exposição negativa do fato: “Lívio disse que foi mal-interpretado, e que explicou aos pais da aluna o motivo da aplicação do teste, inclusive pedindo desculpas”. Além disso, a matéria ressalta que nos problemas aritméticos propostos pela “aula do crime”, só os bandidos se dão bem.

Na retranca “Entre os pais, indignação e revolta”, são expostos quatro depoimentos de pais e responsáveis de alunos que se posicionam contra a atividade pedagógica aplicada pelo professor de matemática. Entre os argumentos utilizados para desqualificar a iniciativa de Lívio, destacamos três: “(...) como um professor pode fazer isso com tanta coisa boa para ensinar?”; “No mínimo, o professor tem que ser afastado para uma reciclagem” e “Acho que o professor quis ser moderninho e acabou se dando mal”. A retranca ainda diz que o jornal informou a uma das mães sobre o caso, a qual defendeu a expulsão do docente, caso haja a confirmação da infração. O texto é



ilustrado pela foto de agentes policiais na unidade de ensino com a legenda “Agentes da Dise entregam intimação à diretora e ao aluno da escola”.

O jornal Folha de S. Paulo, no mesmo dia, publicou a matéria “Prova de matemática simula contabilidade do tráfico de drogas” com o subtítulo “Avaliação gera polêmica em escola estadual de Santos e docente é afastado pela Secretaria da Educação de SP”. A abertura do texto ressalta que o teste incluía questão sobre prostituição e balas de fuzil AK-47. Além da foto do caderno contendo uma das seis questões propostas pelo professor Lívio, a matéria estrutura o discurso da criminalização por meio da ilustração de uma lousa escolar contendo a operação matemática “ $3+1=4$ ”, só que o resultado é representado por quatro tiros em vez do algarismo.

Das 16 matérias analisadas, a da Folha é a única que apresenta a opinião de um especialista em pedagogia, no caso, Silvia Colello, professora da Faculdade de Educação da USP: “Há um apelo muito forte para que os professores relacionem os conteúdos com a sua realidade. (...) A escola deve falar desses temas, mas quando há espaço para a discussão”. Porém, a fala da docente se apresenta de forma descontextualizada, fora do corpo do texto, o que não contribui para a discussão pedagógica.

A matéria “Professor cita crack e roubo em questão de matemática”, publicada pelo O Estado de S. Paulo em 19 de fevereiro, afirma que a atividade proposta pelo professor Lívio divide opiniões de pais e estudantes. Para construir essa ideia de dicotomia, o texto apresenta a opinião de dois pais de alunos, um contrário, “Não sei onde ele estava com a cabeça, vai ver achou que estaria trabalhando com a realidade do morro”; outro favorável, “Ele só alertou sobre o que tem em todos os lugares. É um ótimo professor e todos os alunos gostam dele”.

Na edição de 22 de Fevereiro, o jornal A Tribuna publicou a matéria “Professor do João Octávio deve depor ainda nesta semana”. Nela, o advogado do professor Lívio resume o depoimento da diretora da escola à Dise (Delegacia de Investigações sobre Entorpecentes): “a diretora explicou ao delegado que os professores têm liberdade de conteúdo, em sala de aula, desde que respeitem a Lei de Diretrizes de Base (LDB) da Educação”. O texto ainda informa que a dirigente escolar fez duas reuniões para tratar do conteúdo pedagógico das aulas, mas o professor de matemática não teria exposto a ideia de abordar temas como tráfico e prostituição.

No intuito de demonstrar equilíbrio na cobertura sobre o caso, o texto também destaca que desde a publicação da primeira reportagem, o professor de matemática, por



meio de sua página pessoal na internet, vem recebendo apoio de amigos, colegas de trabalho, alunos e familiares.

O jornal Expresso Popular, de 23 de Fevereiro, publicou a matéria “Alunos vão realizar manifesto hoje em apoio ao professor Lívio” com o subtítulo “Ato será em frente a Escola João Octávio dos Santos. Professor está afastado por suposta apologia ao crime”. O texto informa que os estudantes irão pedir o retorno do educador à unidade escolar porque o consideram um profissional competente, e também pelo fato de que não estão tendo aula de matemática desde o afastamento de Lívio.

A edição do jornal A Tribuna do mesmo dia citado anteriormente apresenta matéria sobre a mobilização que os alunos estavam organizando em apoio ao professor Lívio. O texto relata que apesar de discordar da abordagem sobre os temas, a maioria dos estudantes defende o docente: “De forma aleatória, sem qualquer caráter científico, A Tribuna apurou que de cada cinco alunos, quatro não viram motivos para a execração pública do professor”. Ao comentar desse apoio dos alunos, o jornalista faz alusão ao tratamento que o educador vem recebendo da opinião pública.

O texto também faz uma descrição pormenorizada da saída do professor depois do depoimento à polícia: “Apesar do clima quente e abafado. Lívio vestia casco para evitar ser visualizado. Pela mesma razão, ainda usava boné, óculos escuros e, a passos largos, saiu da sala onde prestou depoimento até entrar no elevador do 5º andar do Palácio da Polícia, onde fica a Dise”. A enunciação pressupõe que o educador não desejava ser visto pela imprensa, como costuma ocorrer com criminosos quando se apresentam à polícia.

Na retranca “Ele está abalado”, o jornalista pergunta ao advogado do professor: “O Sr. não considera que, ao invés de promover uma reflexão, os enunciados não poderiam incentivar alguns alunos a praticar as atividades neles descritas?”. É possível observar nesta indagação que o enunciador (jornalista), independente da resposta, expõe seu juízo de valor ao pressupor na própria pergunta que os problemas aritméticos propostos pelo professor realmente incentivariam a prática criminosa nos estudantes. A intencionalidade do enunciador também fica caracterizada na pergunta “Apesar do alegado propósito positivo da aula, o seu cliente agora se sente arrependido ou reconhece que foi infeliz na escolha dos temas”.

Na retranca “Pais pedem educação de qualidade ao estado”, o episódio que envolve o professor Lívio é utilizado como exemplo retórico para reafirmar o discurso



da falta de qualidade no ensino público: “O caso do professor Lívio, dizem, é apenas um dos sinais de que o sistema de educação é falho”.

A matéria “Professor presta depoimento à Polícia Civil”, do jornal Diário do Litoral de 24 de fevereiro, tem como elemento pré-textual a vinheta “matemática do crime”. A edição revela um trecho da proposta pedagógica feita pelo professor, em que o educador revela o objetivo da atividade: “estimular a reflexão e discussão sobre a situação dos adolescentes e jovens referente aos problemas relativos à violência que vivenciamos na sociedade atual, com o objetivo de avaliar suas atitudes na proposta de ações possíveis para diminuir estes problemas”.

Essa matéria ainda informa que, segundo o professor, as seis questões, versando sobre tráfico de drogas, roubo de veículo, uso de arma de fogo, homicídio e prostituição foram retiradas da internet. A retranca “Advogado afirma que professor depôs à base de calmante” ressalta o estado emocional do docente na época do depoimento à polícia, depois de toda repercussão negativa do caso na imprensa.

Por fim, o jornal A Tribuna, no dia 10 de maio, publicou a matéria “Inquérito contra professor de Matemática é arquivado”. Nela, o enunciador inicia o texto ressaltando a repercussão nacional que o episódio teve. Depois, sintetiza em linhas gerais o que foi, segundo o próprio jornal, a “aula do crime”: “Ele e a sua aula estiveram no centro de uma polêmica que ganhou espaço em jornais, revistas, internet e emissoras de rádio e de TV, repercutindo nacionalmente. Relacionados a crimes, os temas dos problemas de matemática que aplicou a alunos com idades entre 14 e 16 anos de uma escola pública de Santos, no início deste ano letivo, suscitaram debates jurídicos e pedagógicos”. Pelo que verificamos, a matéria faz menção a um debate pedagógico que supostamente foi promovido na esfera pública, mas que, de acordo com a cobertura da imprensa, a discussão centralizou-se campo criminal.

Ainda nesta matéria, a retranca “Afastamento das funções continua” informa que, mesmo arquivado o inquérito criminal, o docente ainda continua afastado da sala de aula. Em um trecho, o jornalista afirma que entre os documentos juntados à defesa do professor está o projeto político-pedagógico da Escola Estadual João Octávio dos Santos para 2011. Conforme este material, o educador “pode planejar ações e intervenções para a melhora do trabalho realizado e estimular valores para uma educação transformadora”. Ao contrário de outros textos publicados pelo jornal sobre o caso, neste o jornalista admite que a mãe de um dos alunos denunciou o professor antes



da correção e discussão dos problemas atiméticos, como previsto no planejamento de aulas de Lívio.

O discurso jornalístico e sua influência na esfera pública

As práticas sociais, incluindo a prática do jornalismo, na medida em que dependam do significado para funcionarem e produzirem efeitos se situam dentro do campo discursivo. Neste trabalho, o discurso é entendido como conjunto de enunciados que visam o efeito de sentidos.

De acordo com Milton José Pinto (2002, p. 88), todo discurso é “um simulacro interesseiro, produzido com o objetivo de se conseguir ‘dar a última palavra’ na arena da comunicação, isto é, de ter reconhecidas pelos outros as representações, identidades e valores”. Nesse sentido, muitas vezes, a imprensa com o objetivo de criar um efeito de verdade para determinado enunciado, não se limita a informar, mas em transmitir palavras de ordem, fazendo dizer ao leitor o que é necessário pensar.

Como observa Bourdieu (1997), os jornalistas devem sua importância ao fato de que detêm um monopólio real sobre os instrumentos de produção e de difusão em grande escala da informação. Porém, a relevância do discurso jornalístico se deve a sua circulação na esfera pública, que no pensamento de Habermas, pode ser definida como rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões.

No entanto, para se legitimar como autoridade, o jornalismo precisa ser reconhecido socialmente como uma instância de credibilidade, isso nos remete à ideia de ethos, que neste trabalho, pode ser entendido como a imagem que o jornalista (enunciador) pretende construir de si mesmo a fim de persuadir o leitor a identificar-se com seu enunciado. Maingueneau explica como opera essa relação entre ethos e discurso:

O universo de sentido propiciado pelo discurso impõe-se tanto pelo ethos como pelas ‘ideias’ que transmite; na realidade, essas ideias se apresentam por intermédio de uma maneira de dizer que remete a uma maneira de ser, à participação imaginária em uma experiência vivida. [...] O poder de persuasão de um discurso consiste em parte em levar o leitor a se identificar com a movimentação de um corpo investido de valores socialmente especificados. (MAINGUENEAU, 2004, p. 99)

Outra estratégia discursiva utilizada pela imprensa para criar um efeito de objetividade e distanciamento é o apagamento das marcas da enunciação. Com a ausência desses vestígios, é como se as notícias se enunciassem a si mesmas, isto é,



como se o sujeito enunciador não existisse. Essa operação confere isenção e, conseqüentemente, credibilidade ao discurso da imprensa.

Por outro lado, sabemos que nem tudo o que é publicado na imprensa acontece do modo como foi apresentado, esse pensamento se opõe a teoria do espelho em que o jornalismo é visto como reflexo do real. Na verdade, o discurso jornalístico constrói uma realidade que permite ao público produzir representações da sua relação com a realidade concreta. Essa construção simbólica está sujeita ao filtro editorial da imprensa que avalia, entre outros aspectos, quais fatos devem ser noticiados e quem está autorizado a falar sobre tais ocorrências. Baccega revela como o jornalismo elabora essa realidade encenada:

Esse discurso jornalístico, uma das manifestações do discurso da comunicação, mascara a realidade. No entanto, difunde-se na sociedade que ele mostra mil faces do mesmo acontecimento. Essa é a postura dita liberal, que afirma: se queremos ter objetividade – já que todo discurso está eivado de subjetividade –, basta dar lugar, numa sociedade, a essa pluralidade de vozes que a constitui. E esse sofisma “aquietar” as consciências. Sofisma porque, evidentemente, se uma sociedade tem uma pluralidade de vozes, uma delas exercerá a hegemonia e procurará mantê-la, ou seja, não permitirá que todas as vozes falem com o mesmo caráter de verdade. Isso, quando conseguem falar. (BACCEGA, 1998, p. 58)

Charaudeau (2006) ressalta que o efeito de verdade pretendido pela imprensa surge da subjetividade do sujeito em sua relação com o mundo, criando adesão ao que pode ser julgado verdadeiro pelo fato de que é compartilhável com outras pessoas e se insere nas normas de reconhecimento da sociedade.

A imprensa procura despertar o interesse do público a fim de mobilizá-lo, suscitando emoções pela informação que lhe é transmitida. Para Charaudeau (2006), esse recurso depende dos apelos emocionais que predominam em cada grupo sociocultural e no conhecimento dos universos de crenças que aí circulam. A educação é um dos assuntos que mais preocupam a sociedade em geral, daí que matérias que abordem essa pauta despertem tanto a atenção dos leitores.

É possível observarmos a adesão e a mobilização do público em relação ao que é veiculado na imprensa, entre outras formas, pela seção de cartas, em que os leitores enviam comentários sobre as matérias veiculadas. No caso do professor Lívio, a edição de 25 de fevereiro do jornal A Tribuna publicou três opiniões sobre o fato na seção Do Leitor sob o título de “Matemática do crime”:

Parabéns à aluna e família que vieram a público denunciar a utilização da matemática do crime em uma escola estadual de Santos, Infelizmente, há muito tempo a escola deixou de ter como principal função o ensino de matemática,

português, história e geografia. Ora, se o próprio ministro da Educação não sabe a diferença entre *cabeçalho* e *cabeçario*, não é á toa que o Brasil ocupa sempre os últimos lugares nos exames internacionais que avaliam capacidade de leitura, ciências e matemática. (A Tribuna, Do Leitor, A-2, 25 fev. 2011).

Fiquei chocada ao ler a reportagem. A notícia foi assustadora, mas me fez pensar: mesmo se utilizando de exemplos indevidos, será que ao menos o professor lecionava a matemática corretamente? O depoimento de um aluno indica que sim. Ai, que saudade dos velhos mestres. (A Tribuna, Do Leitor, A-2, 25 fev. 2011).

Ainda não sabemos o que realmente aconteceu sobre o caso do professor de matemática que passou problemas com temas nada convencionais. Será pelo fato de a escola estar situada no Morro São Bento? E se fosse uma instituição particular, esses temas seriam abordados? As pessoas que residem no morro só poderão vivenciar esses temas, ou ficarão sempre confinadas a temas que tratam da exclusão? (A Tribuna, Do Leitor, A-2, 25 fev. 2011)

Verificamos que das três cartas publicadas, nenhuma se posiciona de forma favorável à atitude do educador. A seleção de comentários segue critérios internos adotados pela direção do veículo. O crivo do editor responsável pela seção de cartas neste caso pode indicar um direcionamento a fim de reafirmar a culpabilidade atribuída à figura do professor junto à esfera pública.

O interesse do público também é motivado por contornos ficcionais que certos acontecimentos recebem pela imprensa. Para Bucci (2000, p. 142), “o noticiário da atualidade constrói pequenas novelas diárias ou semanais cujos protagonistas são tipos da vida real absorvidos por uma narrativa que funciona como se fosse ficção”. No episódio intitulado “aula do crime”, o professor Lívio é representado como “vilão”, aquele que no final da história deve ser punido.

As estratégias discursivas adotadas pela imprensa para atrair o público e as representações e os efeitos de sentido construídos a partir delas, constituem o *métier* do jornalista. A imagem criminosa do professor foi construída a partir das posições ideológicas dos jornais. A seleção ou exclusão de uma declaração, assim como a escolha de uma fonte revelam o enfoque pretendido nas matérias jornalísticas para o caso. No entanto, tais ações não podem ir de encontro à função social do jornalismo, regida pelo compromisso com os princípios éticos e o interesse público, como demonstra Chaparro:

(...) o jornalismo e o jornalista interagem num cenário de obrigações e direitos, regulado pelas leis e pelos costumes. Daí derivam os balizamentos éticos e morais, os quês e porquês que devem servir de motivo à ação jornalística, caldeados pela consciência profissional, a faculdade moral de decidir pelo que é correto – o que supõe o conhecimento e a compreensão dos valores em jogo e a liberdade de ação. (CHAPARRO, 1994, p. 117)



A ausência do debate pedagógico

No Brasil, assertivas sobre a importância do professor para a conquista de avanços na qualidade do ensino são recorrentes. A constante transformação da profissão do docente está ligada às mudanças pelas quais a sociedade atravessa, mas também aos discursos apresentados pelos governos, entidades de classe, movimentos sociais, universidades e meios de comunicação.

No entanto, a pesquisa *A Educação na Imprensa Brasileira – responsabilidade e qualidade na informação*⁴, realizada pela ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância), mostra que os jornais impressos têm dificuldades para retratar o universo educacional, principalmente em conseguir problematizar o tema juntamente com outras discussões da esfera pública:

De modo geral, o que se percebe é que a cobertura de educação não é abrangente no sentido de realizar amplas conexões com outras temáticas e que também apresenta dificuldades em inovar e ampliar a reflexão dentro do próprio universo educacional (ANDI, 2005, p. 11)

Esse levantamento ainda mostra que a cobertura dos jornais sobre educação prioriza o ensino que acontece nos espaços formais. Assuntos que exijam um debate mais aprofundado e que vão além das questões institucionais envolvendo os diferentes atores da educação acabam tendo espaço reduzido na imprensa. No caso do professor Lívio, a imprensa não conseguiu promover uma discussão qualificada no sentido de avaliar, por exemplo, se a proposta pedagógica adotada pelo docente tem relação com as orientações do PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais) do ensino da matemática no nível médio.

Dentro das competências e habilidades a serem desenvolvidas em Matemática, no item contextualização sócio-cultural, os PCN's (2002, p. 42) sugerem a aplicação de conhecimentos e métodos matemáticos em situações reais, em especial em outras áreas do conhecimento. Entre os objetivos do ensino de matemática no nível médio, está o de “levar o aluno a aplicar seus conhecimentos matemáticos a situações diversas, utilizando-os na interpretação da ciência, na atividade tecnológica e nas atividades cotidianas”.

⁴ A pesquisa, publicada em 2005, foi elaborada em conjunto com o Ministério da Educação e com o apoio da UNESCO. O levantamento realizado em 2004 analisou 5.362 textos publicados por 57 jornais brasileiros.



Trevisan (2002) ressalta que as iniciativas tomadas pelas escolas em direção à humanização dos seus procedimentos obterão maior probabilidade de sucesso à medida que encontrarem uma receptividade maior junto à opinião pública. No caso do professor Lívio, sua proposta pedagógica foi compreendida como transgressão porque não encontrou uma mentalidade social favorável ao debate, isso se explica, em parte, pela cobertura da imprensa, que estigmatizou o episódio, desde a primeira matéria, como “aula do crime” ou “matemática do crime”.

A tentativa do professor Lívio em aproximar o conteúdo programático ao contexto social de seus alunos, deveria ser avaliada sob o prisma da pedagogia do conflito, uma vez que a escola em questão fica localizada numa região com histórico de vulnerabilidade social. Abordar o tema da criminalidade por meio de problemas aritméticos pode até não ser a estratégica pedagógica mais adequada para desenvolver uma discussão sobre a temática, mas demonstra, pelo menos, que o educador não estava indiferente à realidade que circunda seus alunos, pelo contrário, o professor tomou partido, iniciativa defendida por Gadotti:

Educar nessa sociedade é tarefa de partido, isto é, não educa realmente aquele que ignora o momento em que vive, aquele que pensa estar alheio ao conflito que o cerca. É “tarefa de partido” porque não é possível ao educador permanecer neutro (GADOTTI, 2005, p. 75)

A educação na contemporaneidade exige que os conteúdos tradicionais sejam pensados juntamente com os transversais. Os conflitos do cotidiano passam a ser ponto de partida para o desenvolvimento das atividades escolares, tendo o professor um papel fundamental nesse processo. Paulo Freire ressalta que a prática pedagógica não pode ser resumida à transmissão de conteúdos disciplinares:

Assim como não posso ser professor sem me achar capacitado para ensinar certo e bem os conteúdos de minha disciplina não posso, por outro lado, reduzir minha prática docente ao puro ensino daqueles conteúdos. Esse é um momento apenas de minha atividade pedagógica. Tão importante quanto ele, o ensino dos conteúdos, é o meu testemunho ético ao ensiná-los. (FREIRE, 1996, p. 103)

Considerações Finais

Como verificamos o discurso jornalístico, por meio de palavras e imagens, constrói representações da realidade concreta. Ao optar pelo título “Professor dá aula do crime”, o jornalista, como produtor do discurso, afirma categoricamente que o educador



Lívio Celso Pini estava ensinando práticas criminosas a seus estudantes e, conseqüentemente, cometendo um crime previsto em lei.

As matérias jornalísticas sobre o caso potencializaram uma reação moralista da sociedade, resultando numa condenação imediata, com direito a uma espécie de ‘cruzada’ contra o professor da “matemática do crime”. No final, com o arquivamento do inquérito contra o docente, constatamos a evidente disparidade entre o impacto da matéria acusatória e a tímida constatação da inocência.

Baseando-se na análise da cobertura da imprensa sobre o caso, podemos nos questionar se a Secretaria de Estado da Educação afastaria o professor de suas atividades, caso o fato não tivesse sido abordado de forma tão negativa nos meios de comunicação. A cobertura *mediática* pressiona os agentes de governo, até por sua influência na esfera pública, local de constituição democrática da opinião e vontade coletivas. Nesse sentido, a suspensão de 120 dias aplicada ao professor Lívio pode ter relação direta com a repercussão do episódio.

A polêmica avaliação diagnóstica do professor Lívio Celso Pini nos permite concluir que a imprensa, no afã de despertar a atenção do leitor, optou por interpretar uma questão de caráter pedagógico como um episódio meramente criminal. O educador poderá voltar a lecionar matemática no futuro, mas por muito tempo será lembrado como o professor da “aula do crime”. Sua imagem junto à memória coletiva está irremediavelmente associada à de um educador que utilizava uma atividade pedagógica para recrutar estudantes para a criminalidade.

Mesmo o universo educacional sendo notícia recorrente na imprensa, o episódio “aula do crime” evidencia a falta de jornalistas especializados no campo da educação. A temática exige uma cobertura jornalística que a aborde em toda sua complexidade. A simplificação neste caso só inviabilizou a discussão sobre como o educador pode promover valores humanos, trabalhando com a realidade do entorno escolar de seus alunos. A proposta pedagógica de um professor não pode ser retratada como criminosa só porque ousou fugir do convencionalismo ou porque não foi compreendida pelos *media*.

Referências

A EDUCAÇÃO NA IMPRENSA BRASILEIRA. **Responsabilidade e Qualidade na Informação**. Brasília: ANDI, 2005.



BACCEGA, M. A. **Comunicação e linguagem:** Discurso e ciência. São Paulo: Moderna, 1998.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio:** Parte III - Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ciencian.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2011.

BUCCI, E. **Sobre ética e imprensa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CITELLI, A.O. **Palavras, meios de comunicação e educação.** São Paulo: Cortez, 2006.

CHAPARRO, M. C. **Pragmática do jornalismo:** buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. São Paulo: Summus Editorial, 1994.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias.** São Paulo: Contexto, 2006.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas:** uma arqueologia das ciências humanas. 9. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GADOTTI, M. **Educação e poder:** introdução à pedagogia do conflito. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação.** São Paulo: Cortez, 2004.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso:** princípios e procedimentos. 2. ed. Campinas: Pontes, 2000.

PINTO, M. J. **Comunicação e discurso:** introdução à análise de discursos. 2.ed. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

TREVISAN, A.L. **Pedagogia das imagens culturais:** da formação cultural à formação da opinião pública. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.